

ENSINO DE MUSICOGRAFIA BRAILLE:  
UM CAMINHO PARA A EDUCAÇÃO MUSICAL INCLUSIVA

*Fabiana Fator Gouvêa Bonilha\**

*Claudiney Rodrigues Carrasco\**

**RESUMO:** A experiência da autora enquanto musicista com deficiência visual e seu contato com a Musicografia Braille constituem uma motivação para esse estudo. A notação musical em Braille é um sistema de leitura e escrita universalmente adotado por pessoas cegas. Pressupõe-se que seu ensino seja um elemento fundamental para a inclusão dos cegos ao campo da Música. Através de um enfoque qualitativo, buscou-se apreender a percepção de alunos e professores acerca do ensino dessa notação. Buscou-se também investigar ferramentas tecnológicas que otimizem a transcrição de partituras. Os dados pesquisa. Nesse estudo, ainda em andamento, alguns aspectos sobre as práticas pedagógicas de professores de Música junto aos alunos com deficiência visual estão sendo aprofundados, tendo em vista as peculiaridades do código em Braille.

**ABSTRACT:** The author's experience as a blind musician with close contact with Braille music writing motivates this study. Braille music writing is a system universally used by blind people to read and write music. It is expected that the teaching of Braille music writing is a fundamental element in the introduction of blind students into music. Data obtained during the author's master's thesis were used as the rationale for the implementation of the present study. Now, we aimed to investigate using a qualitative approach the subject experience of students and teachers regarding Braille music writing. We also aimed to investigate the technological tools currently available for transcription of ink music documents into Braille. Furthermore, we explored the pedagogical strategies employed by teachers using Braille music writing, and how they related to particularities of the Braille method, compared with traditional ink writing.

**PALAVRAS-CHAVE:** Musicografia Braille; deficiência visual; educação musical inclusiva.

**KEYWORDS:** braille Music Notation; visual impairment; music education.

## OBJETIVOS

Esta pesquisa tem por objetivo problematizar o ensino da Musicografia Braille, como um elemento facilitador da inclusão de pessoas com deficiência visual ao campo da Música.

O presente estudo também possui os seguintes objetivos específicos:

- Abordar a existência de espaços de formação através dos quais a Musicografia seja difundida e estudada;
- Aprofundar a investigação acerca dos procedimentos e recursos existentes para a produção de partituras em Braille, as quais, por sua vez, consistem em um material que subsidia a formação musical das pessoas com deficiência visual;
- Produzir um conhecimento consistente e aprofundado sobre o acesso a Musicografia Braille, mediante a produção de um material que sirva de apoio ao processo de formação musical das pessoas com deficiência visual.

---

\*doutoranda e mestre pelo programa de pós-graduação em música. Instituto de Artes. Universidade Estadual de Campinas. Bolsa Fapesp.fbonilha@iar.unicamp.br

\*

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A temática referente à Inclusão Educacional tem sido amplamente discutida na atualidade. Frequentemente, o termo Inclusão tende a ser associado à inserção de pessoas com deficiências ao ensino regular. Entretanto, é possível conceber a inclusão de um modo mais abrangente, definindo-a como o processo pelo qual todo e qualquer aluno esteja inserido ao sistema escolar, independente de sua condição física, intelectual, social ou cultural. Desse modo, tal temática não se restringe às pessoas com deficiência. De acordo com essa perspectiva, concebe-se uma escola para todos, ou uma escola aberta para as diferenças. Nesse modelo escolar, as diferenças individuais não são ignoradas ou eliminadas, mas constituem um elemento fundamental para o enriquecimento das práticas pedagógicas.

No âmbito de tais discussões, torna-se relevante abordar a inserção de pessoas com deficiência no campo das artes, à luz dessas concepções inerentes à Educação Inclusiva. Nesse sentido, pressupõe-se que os alunos com deficiência tenham acesso às escolas de arte regulares, e que participem de atividades artísticas juntamente com alunos sem deficiências. Assim, projetos artísticos voltados exclusivamente para pessoas com deficiência e que pressupõe práticas artísticas segregadas não são, em sua essência, projetos inclusivos. As artes consistem em um campo privilegiado no qual as diferenças individuais sejam valorizadas e reconhecidas, de modo que elas propiciem ações criativas e colaborativas entre as partes envolvidas no processo educativo (alunos, pais, professores).

Pressupõe-se, portanto, que, no campo das artes, as pessoas com deficiência tenham direito a uma formação de qualidade, devendo ser garantido a eles o pleno acesso ao conhecimento inerente a todas as linguagens artísticas.

Essas pessoas devem ser reconhecidas e legitimadas como artistas pela qualidade de seus trabalhos e não em função de suas deficiências.

Desse modo, o talento de um músico com deficiência visual não se relaciona à sua cegueira, mas sim à qualidade de seu empenho e dedicação aos estudos musicais.

Faz-se necessário que o professor esteja consciente acerca do modo como ele se relaciona com os alunos que tenham alguma deficiência. Reily (2004) ressalta que, muitas vezes, o contato inicial do professor com um estudante, que possui uma deficiência, é permeado por mitos e fantasias.

Ao abordar especificamente questões relacionadas à deficiência visual, a autora aponta que um desses mitos se refere à tendência de se superestimar ou de se subestimar as capacidades de uma pessoa cega. Ao se deparar com um cego, aquele que enxerga tende a olhá-lo segundo um estereótipo, herdado social e culturalmente. Segundo aponta Reily (2004), a palavra estereótipo, originalmente designava uma máquina fabricada por volta do século XVIII, utilizada para copiar textos em papel maché, a partir de um molde. No século XX, o termo passou a designar, metaforicamente, os rótulos atribuídos às pessoas, segundo os quais elas sejam categorizadas. Logo, um estereótipo pressupõe um padrão, um molde ou uma “forma”, a partir dos quais sejam reproduzidos indivíduos semelhantes, dotados das mesmas características. No campo da música, essa concepção estereotipada aparece à medida que o cego, ora é considerado como uma pessoa naturalmente apta para a música (ou com dons musicais extraordinários), e ora é considerado como um músico incapaz de ler ou de compreender uma partitura, bem como de frequentar uma escola de música regular. Esses estereótipos têm implicações nas práticas pedagógicas adotadas com alunos cegos, já que uma concepção estereotipada impede que o professor se relacione com um estudante real, que, a despeito de sua deficiência, e tal como os alunos videntes, é dotado de possibilidades e limites. Conforme aponta Ganzaroli (2002) “O sucesso de um

músico cego há de ser atribuído ao talento e esforço individuais, à competência dos mestres, à eficácia do método empregado - nunca à cegueira em si mesma.”

As concepções acima expostas permeiam esse estudo, que visa problematizar aspectos referentes ao ensino da Musicografia Braille. A presente pesquisa foi motivada pela própria experiência de sua autora, enquanto pessoa com deficiência visual total e congênita, que teve acesso a escolas de música regulares e cuja formação musical se pautou no aprendizado da leitura e escrita em Braille.

O código musical em Braille foi criado pelo próprio Louis Braille, que aplicou ao campo da Música o sistema de representação por ele concebido.

### Ordem do 63 caracteres do Sistema Braille

1ª linha	a	b	c	d	e	f	g	h	i	j
	⠁	⠃	⠉	⠑	⠅	⠋	⠗	⠓	⠏	⠚
2ª linha	k	l	m	n	o	p	q	r	s	t
	⠅	⠇	⠍	⠎	⠕	⠖	⠗	⠘	⠙	⠞
3ª linha	u	v	x	y	z	ç	é	â	ê	ú
	⠛	⠜	⠝	⠞	⠟	⠠	⠡	⠢	⠣	⠤
4ª linha	â	ê	í	ô	û	à	ñ	ü	õ	ó/w
	⠢	⠣	⠤	⠥	⠦	⠧	⠨	⠩	⠪	⠫
5ª linha	ç	é	â	.	?	!	( )	"		"
	⠠	⠡	⠢	⠠	⠡	⠠	⠠	⠠	⠠	⠠
6ª linha	apóstr.	í	ã	signl de alga.	ó	-				
	⠨	⠤	⠤	⠤	⠤	⠤				
7ª linha	pto. 4	ptos. 4-5	grifo ptos. 4-5-6	maíusc. ptos. 4-6	pto. 5	ptos. 5-6	pto. 6			
	⠠	⠠	⠠	⠠	⠠	⠠	⠠			

Ao longo do tempo, foram realizados aperfeiçoamentos ao código, no sentido de que a notação em Braille pudesse realmente contemplar todas as formas de representação musical. O novo “Manual Internacional de Musicografia Braille” constitui a obra que contém os fundamentos atuais desse código.

Segundo aponta Silva (2003) “Esta obra, de largo alcance para uso dos cegos de todo o mundo, é o resultado de vários anos de estudo por parte do Subcomitê sobre Musicografia Braille da União Mundial de Cegos e é a continuação do conjunto de manuais publicados após as conferências de Colônia (1888) e Paris (1929 e 1954), contendo ainda as resoluções e decisões tomadas pelo referido Subcomitê nas conferências e acordos celebrados entre 1982 e 1994”.

Compreende-se o aprendizado da Musicografia Braille, como um fator de independência na assimilação do repertório de obras musicais estudadas. Assim como os estudantes de Música que enxergam necessitam ser alfabetizados na Musicografia em tinta, os alunos cegos também devem ser capazes de ler e escrever partituras. Essa autonomia possibilita que essa população frequente espaços de formação musical, comum a todas as pessoas, o que encontra em consonância com os pressupostos da educação inclusiva.

Em outras palavras, o acesso à Musicografia Braille se torna um elemento imprescindível para a inclusão dos alunos com deficiência visual em escolas de músicas regulares.

Deve-se notar, entretanto, que tais escolas não oferecem recursos e condições para que os alunos com deficiência visual tenham acesso à leitura e escrita musicais em Braille, uma vez que a maioria dos professores, em sua formação, não adquirem conhecimentos sobre a existência de um código musical usado pelos cegos. Disto decorre a necessidade de que se viabilize o atendimento educacional especializado a esses alunos, através do qual eles possam ter acesso a esse ensino. Essa modalidade de atendimento, tal como é concebido por Mantoan (2003), consiste em uma forma de apoio ao processo pedagógico, capacitando o aluno com deficiência para que ele seja inserido em ambientes educacionais inclusivos.

Os professores de música quase sempre não dispõem de informações sobre o código musical em Braille, e, nesse sentido, há a necessidade de que eles sejam instrumentalizados para poderem lecionar a essa população.

Concebe-se, pois, que nesse processo de ensino da Musicografia Braille se torna relevante a presença dos professores do ensino regular, bem como a participação de “especialistas”, ou pessoas que se dediquem a estudar as peculiaridades do código.

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esse estudo possui um enfoque qualitativo, pois através dele, buscou-se compreender as percepções de alunos e professores acerca do aprendizado da Musicografia Braille.

No intuito de se construir um panorama do ensino e difusão da Musicografia Braille no Brasil, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com educadores musicais e estudantes com deficiência visual. Também foram aplicados questionários contendo perguntas abertas, visando complementar os dados das entrevistas, e coletar depoimentos e relatos de experiências.

Tais entrevistas foram analisadas segundo o método do “discurso do sujeito coletivo”, proposto por Lefèvre (2003), através do qual é possível apreender o pensamento comum aos sujeitos abordados. Nesse sentido, foram extraídas de cada depoimento idéias centrais, as quais encadeadas constituíram um discurso comum aos sujeitos, de acordo com cada temática por eles abordada.

Foram encontradas algumas categorias de análise, a partir das quais pode-se inferir os níveis de contato que os professores e alunos estabelecem com a Musicografia Braille.

Desse estudo, resultou a elaboração de uma Dissertação de Mestrado, em que se mostra retratado o universo de atuação dos alunos e professores, frente ao ensino e aprendizagem da Musicografia utilizada pelos cegos (Bonilha, 2006).

No sentido de aprofundar essa coleta de dados, tenciona-se constituir grupos de trabalho, formados por alunos e professores ligados à temática dessa pesquisa. Esses grupos participarão de oficinas em que poderão experienciar diferentes formas de contato com a Musicografia.

Como parte dessa pesquisa, também foi realizada uma ampla investigação sobre os meios e recursos que facilitem a produção de partituras em Braille. Foram elaborados procedimentos de utilização do software Braille Music Editor, em conjunto com o software Finale. Foi priorizada a criação de procedimentos que possibilitassem a autonomia das pessoas com deficiência visual na produção de partituras. A partir desses procedimentos, foi criado um acervo de partituras em Braille, que vem sendo continuamente expandido, tendo em vista as demandas da pesquisa.

Esse trabalho conta com a infra-estrutura do Laboratório de Acessibilidade da Unicamp (equipamentos e recursos humanos), e com o apoio de bolsistas do SAE (serviço de apoio ao estudante da UNICAMP).

## DISCUSSÃO E RESULTADOS

A partir dos depoimentos coletados junto a alunos e professores, tornou-se possível o acesso a uma pluralidade de experiências referentes ao contato com a Musicografia Braille. Pôde ser apreendida uma diversidade de percepções acerca do ensino desse código, e uma variedade de significados a ele atribuídos.

Embora o aprendizado da Musicografia seja concebido como um fator de independência para que os alunos cegos possam ler e escrever Música, nota-se uma grande dificuldade de acesso a espaços de formação em que essa notação seja difundida. De fato, há muito poucas escolas e instituições empenhadas na divulgação da Musicografia Braille, o que resulta em uma escassez de meios e recursos que favoreçam o aprendizado.

Tendo em vista a investigação de ferramentas tecnológicas que facilitem a produção de partituras em Braille, foi elaborado um acervo musical, constituído prioritariamente por peças brasileiras. Priorizou-se o modo de transcrição das partituras, e não a quantidade de peças transcritas.

O contato com associações/entidades voltadas à Musicografia Braille também foi ampliado. Dentre elas, destaca-se a EBRASS (Braille Score Service) ([www.ebrass.org](http://www.ebrass.org)) e a MENVI (Musical Education Network for Visual Impaired), ([www.menvi.org](http://www.menvi.org)).

O ensino da Musicografia Braille é imprescindível para que a pessoa com deficiência visual possua uma formação musical de qualidade. A alfabetização musical permite aos cegos que venham atuar como profissionais capacitados, podendo exercer atividades pedagógicas e trabalhar como instrumentistas.

Faz-se necessário o envolvimento da comunidade científica, no sentido de que a Musicografia Braille seja difundida em escolas de Música, tanto em instituições de nível básico como de nível superior. Nota-se também que a produção de partituras em Braille é ainda incipiente, e os softwares bem como os métodos utilizados para esse fim necessitam ser aprimorados, no sentido de possibilitarem uma maior autonomia às pessoas cegas.

Também é preciso abordar os meios e estratégias pedagógicas utilizadas pelo professor, de acordo com as demandas do aluno com deficiência visual. Geralmente, os professores são formados para lecionarem aos alunos que aprendem a ler em tinta, e por isso, a metodologia de trabalho por eles adotada se baseia nas especificidades desse código. Os livros didático-musicais são também estruturados de acordo com as características peculiares da escrita musical utilizada por quem vê.

Uma vez que os métodos são alicerçados nos princípios da Musicografia em tinta, muitos desafios a serem enfrentados pelos aprendizes da notação musical em Braille não são contemplados. O fato de que haja diferenças básicas entre os dois códigos, faz com que os meios de aprendizado sejam também diversos.

Apesar dessa dificuldade, o professor precisa ser consciente de seu papel junto a seu aluno com deficiência visual. Antes de tudo, ele é um educador musical, assim como o

é para seus demais alunos. Sua responsabilidade é a de prover as condições para que o estudante que lhe foi confiado venha a ter uma formação musical consistente. Logo, ainda que o professor desconheça o código musical em Braille, ele tem o papel de ensinar os fundamentos da Música, com base em sua formação profissional. Ele pode ensinar a técnica de um instrumento, bem como os conceitos relativos à Teoria Musical, à Harmonia, à História da Música, a aspectos estilísticos das obras, etc. Esses conhecimentos de que o professor dispõe subsidiarão o aprendizado da Musicografia Braille por parte de seu aluno.

O professor se difere do “especialista”, sendo esse último aquele que se empenha em estudar o código musical em Braille em profundidade, se atendo a convenções, métodos de transcrição das partituras, atualidades referentes ao código, etc.

Nota-se que o ensino da Musicografia Braille consiste em uma temática recente no campo da pesquisa, e, por isso, diversos caminhos podem ser trilhados, a fim de que novos conhecimentos possam ser construídos.

### *REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS*

UNIÃO MUNDIAL DOS CEGOS. Subcomitê de Musicografia Braille. *Novo manual internacional de musicografia braille*. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial, 2004. 310p.

REILY, Lúcia. *Escola Inclusiva: linguagem e mediação*. Texto. Campinas: Papyrus, 2004 (Série Educação Especial).

MANTOAN, M. T. E. *Inclusão escolar – o que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003.

OLIVEIRA, João Vicente Ganzarolli. *Do Essencial Invisível: arte e beleza entre os cegos*. Rio de Janeiro: Revan, 2002. 248 p.

BONILHA, F.F.G. *Leitura musical na ponta dos dedos: caminhos e desafios do ensino de musicografia Braille na perspectiva de alunos e professores*. 2006. 226 f. Dissertação (Mestrado em Música) – Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas, 2006.